



Programa de gestão municipal da federação Brasil da esperança (PT, BPV e Pcdob)

COMPROMISSOS COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL

. GARANTIR A AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SERVIÇOS,

BENEFÍCIOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA

Maior cobertura de serviços por meio da expansão e qualificação das Unidades Públicas de Assistência Social - CRAS, CREAS e Centros de Atendimento Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), Centros de Convivência, Acolhimentos, entre outros;

Implantação de novas formas de acolhimento institucional na modalidade de guarda subsidiada, repúblicas, famílias acolhedoras para públicos vulneráveis, em especial das crianças e dos adolescentes, dos jovens egressos de acolhimento institucional e dos idosos com vínculos familiares rompidos; • Implantação de Centro Dia para Pessoas Idosas, especialmente diante das tendências de mudanças demográficas, fortalecendo as parcerias com a rede socioassistencial não governamental;

- Fortalecimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em âmbito local, protegendo as crianças no tempo da infância e desenvolvimento integral.
- Garantir estrutura administrativa formal para a gestão do Cadastro Único no SUAS, com RH qualificado para fortalecê-lo como instrumento de planejamento para a gestão territorial. São mais de 96 milhões de pessoas no CadÚnico no Brasil.

- Garantir que o atendimento para o CadÚnico seja em postos exclusivos ou na rede socioassistencial de CRAS, CREAS, CENTRO POP.
- Garantir recursos humanos exclusivos para o CadÚnico com quantidade suficiente para a demanda e com perfil e habilidades técnicas que possam sistematizar os dados e transformar em informação e conhecimento do território, de modo que subsidie o

planejamento da gestão e ações do trabalho social, no contexto da Vigilância Socioassistencial.

EDUCAÇÃO

Atuar com as instituições de ensino superior no desenvolvimento de conteúdos e formação de professores;

Prover infraestrutura tecnológica por meio de plataformas digitais interativas como ferramentas para a melhoria da gestão das escolas, projetos pedagógicos e diálogo com as famílias;

Desenvolver centros vocacionais tecnológicos, conectando o sistema de CT&I do município ao sistemas estadual e federal, e as ações de popularização da ciência por meio de museus e centros de CT&I, espaços culturais, parques ambientais e outros equipamentos;

Investir em programas de educação e capacitação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

Investir em valorização profissionais

INVESTIR, DESPRECARIZAR E QUALIFICAR O SUAS

Destinação de recursos do Tesouro municipal ao Fundo Municipal de Assistência Social para a sustentabilidade do SUAS, manutenção e expansão dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme as necessidades das famílias; • Compromisso com a mobilização para aprovação da PEC nº 383/2017, que prevê a aplicação anual de pelo menos 1% da receita corrente líquida (RCL) da União e demais entes federados no financiamento do SUAS;

Realização de concurso público e organização de equipes interdisciplinares em quantidade suficiente para a prestação qualificada de serviços, e com efetivação de políticas de valorização do trabalho e do trabalhador;

Implantação do Programa de Educação Permanente do SUAS, para formação

continuada das/os trabalhadoras/ es e conselheiras/os de assistência social, para alcançar os resultados do trabalho social com as famílias e comunidade local;

Implantar ações de valorização das/ dos trabalhadoras/es e das condições de trabalho.

FORTALECER A PARTICIPAÇÃO POPULAR E O CONTROLE SOCIAL

Implantação de Conselhos Populares Locais de Assistência Social nos territórios de CRAS, para fortalecer o acompanhamento e a avaliação da política de assistência social, contribuindo no processo democrático e na qualidade dos serviços prestados à população, bem como para identificar potencialidades para o desenvolvimento de projetos e ações que promovam direitos, renda e qualidade de vida nos territórios;

Fortalecimento da democracia participativa/deliberativa e do Conselho Municipal de Assistência Social, com capacitação continuada das/os conselheiras/os;

Implantação de um programa de formação e educação popular no SUAS.

FORTALECER A INTERSETORIALIDADE E IMPLANTAR SERVIÇOS HÍBRIDOS E DE CUIDADO

Ampliação da rede de atendimento à mulher em situação de violência, com implementação de programas específicos que visam a redução da desigualdade de gênero;

Reordenamento da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, contemplando outros públicos e intensificando a participação das demais políticas públicas e articulação com o Sistema de Justiça;

Implantação de Programas de fomento da autonomia voltados à juventude, trabalhadores informais e desempregados, e mulheres; • Implantação de serviços em conjunto com saúde mental para

atendimento de pessoas que demandam atenção especializada, bem como o desenvolvimento conjunto de serviços domiciliares que possam apoiar as famílias que vivem os cuidados contínuos com um ou mais membros familiares;

Implantação de serviços inovadores e integrados com a saúde que promovam o cuidado no domicílio; • Fomento à integração entre as políticas de Assistência Social, de trabalho e renda e economia solidária para potencialização do acesso à renda e da inserção diferenciada no mundo do trabalho;

MEIO AMBIENTE E TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

MOBILIDADE

- Implementar Sistema de Gestão de Dados e Informações Técnicas, de oferta, demanda, financeiras e socioeconômicas para o planejamento urbano e de redes de transportes aderentes às demandas dos cidadãos;

- Garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência, como identificação inteligente, rampas de acesso, elevadores, codificação que transmita informações para celulares, e semáforos com sinalização sonora;

- Compartilhamento de bicicletas e patinetes elétricas, com estações distribuídas estrategicamente, incentivando a mobilidade sustentável e reduzindo o congestionamento nas vias;

- Implementar Sistemas de Informações ao Cidadão, acessíveis por aplicativos e por painéis e totens públicos — com obrigatória identificação em braile e apoio sonoro para

deficientes visuais —, para que a população possa acompanhar o transporte coletivo;

SEGURANÇA PÚBLICA

Criar conselhos de direitos humanos digitais com habilitação suficiente para discutir limites éticos dos sistemas de vigilância, violação de privacidade, medidas antirracistas e discriminação algorítmica;

Implementar centros de inteligência operacional do município reunindo sistemas digitais de segurança pública para impedir ocorrências criminais em tempo real e intensificar o controle e monitoramento das vias com grande circulação de pessoas e veículos;

Acoplar câmeras no fardamento da Guarda Civil Metropolitana e melhorar os sistemas de iluminação pública, valorização humana, salarial da guarda municipal e de limpeza urbana.

MODERNIZAÇÃO

ADMINISTRATIVA

Desenvolvimento das soluções para municípios disponíveis no portal do Software

Trabalhar com plataforma digital de Público brasileiro; gestão municipal.

Sempre que possível, • Fazer alianças com outras cidades para utilizar tecnologias de código livre e/ou elaboração de projetos, adotar e colaborar com à modernização

tecnológica. Popularização de C,T&I feiras de ciência, olimpíadas científicas, clubes de ciência, oficinas, eventos de ciência e cultura

- Estimular nas escolas municipais práticas pedagógicas, em currículos que valorize a curiosidade

- Interagir com as comunidades locais práticas investigativas e a busca de evidências em fenômenos naturais e sociais; estudo e difusão de conhecimentos locais. Estimular e apoiar, nas escolas a valorização do patrimônio científico e cultural existente no município.

IDENTIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

Implementação dos Fundos municipais de cultura (seja com adesão ou criação), prevendo as garantias de preservação dos equipamentos culturais e patrimônios tombados, garantir a conclusão de obras e restauros, preservação, armazenamento e guarda de bens materiais e imateriais com a devida preservação de acervos, assegurando as bases legais para uso e acesso aos espaços, acervos e equipamentos de cultura em todo o território nacional.

DIVERSIDADE, TRANSVERSALIDADES E ACESSIBILIDADE

Acesso dos municípios ao Programa dos Pontos de Cultura, com

fortalecimento das culturas populares e grupos menos favorecidos; reafirmação da identidade brasileira através dos povos que consolidam nossa base social e dos setores que representam a diversidade e transversalidade dos segmentos abrangidos pela extensa cadeia que compõe a acessibilidade universal à cultura.

ECONOMIA CRIATIVA, TRABALHO, RENDA E SUSTENTABILIDADE

Construir e reafirmar as garantias aos trabalhadores/as e técnicos da cultura, proporcionando garantias de direitos dos trabalhadores do País, com atenção especial aos mecanismos de fortalecimento das ações de inclusão ao processo criativo, formação, acesso e inclusão prevendo grupos etários como primeira infância, jovens, adultos, melhor idade, LGBTQIAPN+, populações com baixo IDH e as que vivem em territórios sem titulação, demarcação nem respeito a seu saber e fazer.

DIREITO ÀS ARTES E LINGUAGENS DIGITAIS

Garantir a inclusão e o acesso aos meios digitais nas áreas rurais ou urbanas, a fim de promover a inclusão social e o acesso às políticas públicas de cultura a toda a população, em especial os direitos de acesso digital e o fortalecimento de meios de comunicação para melhor divulgação, orientação, controle e monitoramento

de políticas públicas nos municípios brasileiros.

CULTURA, POLÍTICA E PERIFERIAS

É crucial reconhecer a forte relação entre cultura e política, especialmente nos territórios periféricos, sejam eles urbanos, rurais, econômicos, de povos e comunidades tradicionais etc. Os grupos culturais das periferias brasileiras desempenham uma diversidade de atividades que vão desde oficinas e apresentações artísticas até formações políticas e ajuda mútua à população em momentos de crise, como evidenciado durante a pandemia.

Reconhecendo a centralidade desses grupos para a transformação dos territórios periféricos, é de suma importância que candidatos e candidatas se comprometam a:

- Criar e incentivar políticas públicas de cultura que fomentem e financiem atividades nas periferias, possibilitando também a participação de grupos sem figura jurídica - com repasses via CNPJ e CPF. Para além dos editais, é preciso institucionalizar essas políticas e programas (sempre que possível, via leis municipais que incluam rubricas orçamentárias conforme previsto no SNC);
- Retomar uma política participativa de fato, envolvendo as organizações das periferias no nível municipal. A escuta garante o exercício da cidadania; - É imprescindível estabelecer o

fortalecimento das instâncias de participação, como comitês e conselhos municipais de cultura com a participação de representantes de grupos culturais setoriais, identitários da comunidade e periféricos.

NAS CIDADES QUE QUEREMOS, ANIMAIS SÃO SUJEITOS DE DIREITO

As cidades que almejamos construir, vibrantes e prósperas, devem reconhecer e acolher todos os seus habitantes, incluindo todas as espécies de animais que compartilham conosco este espaço. A população brasileira está cada vez mais consciente da importância de proteger os animais e garantir seu bem-estar. Com mais de 77 milhões de animais em lares brasileiros e 14% da população se declarando vegetariana ou vegana, a saúde humana e os direitos dos animais estão interligados. A ciência comprova que a exploração animal no sistema produtivo, bem como a caça e o desmatamento contribuem para o surgimento de doenças zoonóticas, como a COVID-19 e gripe aviária. A defesa dos animais também é crucial na luta por um Brasil sem fome, com água para todos e menos emissões de gases estufa, privilegiando sistemas alimentares resilientes e justos. A defesa dos direitos e da proteção dos animais de todas as espécies não é apenas uma questão de compaixão, mas também ética e de justiça social, de saúde pública e ambiental.

A situação atual dos animais em nossas cidades é alarmante, com muitos sofrendo abandono, maus-tratos e exploração. Nas ruas, enfrentam fome, doenças, frio e agressões; em cativeiro, vivem em condições precárias e sem cuidados básicos. É preciso combater a exploração de animais em práticas desportivas cruéis, rinhas, testes em laboratórios e sistemas produtivos que causem sofrimento animal. O tráfico ilegal

de animais silvestres também precisa ser erradicado.

Apresentamos uma proposta abrangente para a inclusão dos direitos animais na agenda pública municipal, com foco em cinco áreas principais, detalhando as ações necessárias para o sucesso de cada iniciativa, com a inclusão de sugestões adicionais:

1. PROTEÇÃO INTEGRAL DOS ANIMAIS: CRIAÇÃO DA AGENDA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO, DEFESA E DIREITOS ANIMAIS:
2. MANEJO POPULACIONAL ÉTICO DE CÃES E GATOS E BEM-ESTAR ANIMAL:
3. INCLUSÃO SOCIAL DOS CARROCEIROS E CHARRETEIROS: APOIO À TRANSIÇÃO PARA ATIVIDADES ALTERNATIVAS:
4. CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A EXPLORAÇÃO ANIMAL E PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ E RESPEITO AOS ANIMAIS: IMPLEMENTAÇÃO DE INICIATIVAS EDUCATIVAS:
5. INCENTIVO A SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS MAIS SUSTENTÁVEIS E ÉTICOS:

JUSTIÇA TRIBUTÁRIA, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NO MUNICÍPIO, REFORMA TRIBUTÁRIA JUSTA E SOLIDÁRIA

O sistema tributário tem importância fundamental para os municípios e, por isso, devemos iniciar pela verificação dos impactos da estrutura vigente na cidade, bem como das possíveis reformas que tenham como objetivo a busca da justiça tributária, sobretudo em benefício dos mais

pobres. Este também será um momento da disputa política em que avançaremos nossas posições acerca dos valores e visões, elucidando que a progressividade tributária por nós defendida se baseia na solidariedade social. Por sua capacidade contributiva, os segmentos sociais com maior capacidade econômica são naturalmente os que mais podem contribuir para a oferta de creches, UBSs e outros bens e serviços públicos de acesso universal a toda a população.

MOBILIDADE URBANA

A eletrificação das frotas de ônibus é uma política pública de transição ecológica que aprimora a qualidade de vida dos munícipes, pois além da diminuição da emissão de gases poluentes, também reduz a poluição sonora. Apesar do maior custo para sua aquisição, os ônibus elétricos garantem redução significativa de custo, operacional e de manutenção, ante o diesel.

O BNDES vem se empenhando na eletrificação das frotas de ônibus, que pode ocorrer mediante formas distintas: compra direta pelos operadores ou pelo poder público; subsídios diretos do poder público para a compra pelo operador; locação dos ônibus, pelos operadores, junto às Sociedades de Propósito Específicas criadas com esse objetivo ou junto aos fabricantes, entre outras possibilidades.

ECONOMIA CIRCULAR E RESÍDUOS SÓLIDOS

A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabeleceu a ordem de prioridade para o gerenciamento de resíduos e garante o envolvimento e a inclusão social de catadoras e catadores, tendo como diretriz evitar ao máximo aterrar, incinerar e desperdiçar o potencial energético. Os resíduos são uma fonte de emissão de gás metano e a reciclagem

e a biodigestão são oportunidades para gerar renda e produzir energia.

É fundamental implementar a coleta seletiva em três frações, separando recicláveis, orgânicos e rejeitos. A ampliação da reciclagem requer a contratação direta e a promoção de investimentos públicos em espaços de trabalho e equipamentos destinados às cooperativas de catadores. Propõe-se também a construção de centrais municipais de resíduos sólidos, que devem também ser geridas pelas cooperativas, ampliando a produtividade na separação de resíduos recicláveis.

CUIDADOS COM A ÁGUA

Para uma captação eficiente, é preciso combater a impermeabilização do solo, de modo que a percolação impeça as constantes enchentes. A

impermeabilização impede que a água das chuvas chegue ao lençol freático e auxilie na preservação dos aquíferos. Na área rural, pode-se remunerar o produtor agrícola pela preservação das fontes e nascentes, de forma que os mananciais sejam repostos com o menor desperdício possível, evitando-se ainda a erosão.

No sistema de distribuição, os vazamentos devem ser consertados logo que detectados e não só quando a perda de faturamento for maior do que o custo do reparo. A tributação da diferença entre a quantidade captada e a realmente distribuída poderia ser uma boa parte da solução.

No consumo e descarte, deve-se evitar fortemente que se use água tratada para lavar calçadas, automóveis e mesmo regar praças e jardins. Deve-se incentivar a utilização de água de reuso sempre que a atividade permitir.

EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

A formação em economia solidária nas escolas pode ser inserida do Ensino Fundamental ao Médio, com práticas de “autogestão”, participação e divisão das tarefas cotidianas de convivência e bem estar do coletivo; introdução do conceito de educação democrática e indutora de uma perspectiva profissional para os jovens;

- Formação em Economia Solidária em cursos voltados ao mundo do trabalho, através de convênios com instituições de ensino de jovens e adultos, incidindo sobre o currículo de cursos profissionalizantes, especialmente com a inclusão do associativismo e cooperativismo como modalidades de organização coletiva no mundo do trabalho;
- Formação da sociedade como um todo em Economia Solidária através de campanhas publicitárias voltadas à educação de consumidores conscientes, capazes de identificar e valorizar os produtos e serviços da economia solidária que agregam “o bem viver”, relações mais justas entre produtores e consumidores, respeito ao meio ambiente e valorização do ser humano na sua integralidade.

FOMENTO AOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

- Apoio às cooperativas, associações e coletivos de trabalhadoras e trabalhadores que optarem pelo trabalho coletivo autogestionário; -

Criação de Centros Públicos de Economia Solidária descentralizados nos territórios/regiões das cidades e de Incubadoras Públicas Municipais de Economia Solidária, próprias ou em parcerias e convênios com universidades e institutos públicos e privados; - Oferta de assessoria administrativa, financeira, jurídica, contábil e em comunicação e comercialização aos coletivos de trabalhadoras/es para formalizá-los como empreendimentos viáveis economicamente; - Dotar os Centros Públicos de Economia Solidária de estruturas adequadas para comercialização; reuniões, prestação de assessorias e formação, com acesso livre e gratuito a internet e computadores;

Montagem de cozinhas comunitárias e centros de beneficiamento autogeridos que trabalhem com produtos agroindustriais provenientes de empreendimentos econômicos solidários; - Criação de bancos comunitários, cooperativas de crédito solidário e fundos rotativos solidários, com fomento aos empreendimentos utilizando microcrédito solidário voltado à estrutura

COMPRAS PÚBLICAS

- Empregar o poder de compra do município no fomento aos produtores locais, em especial daqueles que integram as redes de Economia Solidária de produção, consumo e serviços financeiros;

- Classificar os itens da compra municipal de bens e serviços realizados pelos distintos órgãos do governo segundo a probabilidade de que possam vir a ser atendidos por fornecedores locais, dentro de um marco legal e regulatório bem definido e de baixa contestação.

CAPACITAÇÃO DAS EMPRESAS GRANDES, MEDIAS, PEQUENAS E MICROS

Desenvolver acordos e convênios das prefeituras com as universidades locais/regionais, especialmente as públicas; institutos técnicos e as diversas instâncias do Sistema S, seja para formação continuada seja para a criação de incubadoras de empresas; - Realizar um mapeamento de quais serão as atividades decorrentes das novas tecnologias e capacitar trabalhadores, especialmente os precarizados nas mesmas;

ACESSO A CRÉDITO E FINANCIAMENTO

Criar cursos de capacitação nos bairros que concentram um grande número de MPes e MEIs, contemplando não apenas nas regiões centrais, mas principalmente as periferias;

Criar cursos e oficinas de formação para transição ecológica, dotando os pequenos de conceitos de sustentabilidade e adequação ambiental em seus produtos, processos e serviços.

Criar o Banco Municipal e desenvolver mecanismos de crédito para as MPes,

proporcionando empréstimos de médio e longo prazo com juros decentes e passíveis de serem arcados pelo empreendedor;

Investir nas pequenas empresas como verdadeiros braços da empregabilidade, capacitação e avanços tecnológicos, com empréstimos para infraestrutura e tecnologia a juros próximos de zero e com prazos longos, como na Alemanha;

Criar um Fundo de Aval do município para as MPes;

ACESSO AO MERCADO

Fomentar a criação de infraestruturas locais como ruas revitalizadas, centros comerciais de Pequenos Negócios, centrais de serviços, condomínios empresariais, entre outras iniciativas;

Insistir que os bancos privados atuantes no município ofereçam às pequenas empresas as linhas de crédito disponibilizadas pelo BNDES, com juros compatíveis, mas muitas vezes escamoteadas por essas instituições financeiras; - Apoiar, por meio do Fundo de Aval ou outro mecanismo, a renegociação de dívidas acumuladas na pandemia pelo setor (em especial bares, restaurantes e empresas de eventos) e/ou advindas dos programas de crédito do governo anterior que, na maioria das vezes, apenas aumentou o endividamento do pequeno.

Apoiar centrais de compras voltadas para microempresas e segmentadas por tipos de negócios, como padarias,

manicures, alfaiates, restaurantes, cozinhas, decoração e costura;

MOBILIDADE URBANA

Promover a integração de diferentes modais de transporte, ônibus, passarelas e ciclofaixas, priorizando o transporte coletivo, para reduzir a dependência de veículos movidos a combustíveis fósseis;

- Eletrificar as frotas de ônibus municipais, reduzindo as emissões de gases no município;
- Apoio à implementação de tecnologias que permitam maior inteligência na gestão das cidades, com um plano para a criação de uma rede elétrica inteligente (smart grid) que inove a rede de semáforos e faça sensoramento do sistema de iluminação pública de forma a reduzir o tempo de resposta e recuperação do fornecimento em caso de eventos climáticos extremos;
- Aprimorar o sistema de gestão de podas de árvores, melhorando a cooperação entre distribuidoras e prefeituras. de efeito estufa do segmento;
- Instalar pontos de recarga de veículos nas garagens de ônibus, alimentados por sistemas de Geração Distribuída;
- Incentivar o uso de biocombustíveis e combustíveis sintéticos renováveis nas frotas de ônibus municipais não-elétricos como alternativa de baixa emissão de carbono.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Adotar tecnologias mais eficientes, como lâmpadas de LED e sistemas de gestão inteligente, de

modo a reduzir o consumo e os gastos com manutenção, melhorar a qualidade da iluminação e dar mais segurança aos espaços públicos mais seguros;

Desenvolver o sistema de Parceria Público-Privada (PPP) na modernização da iluminação pública, transferindo responsabilidades e riscos para o setor privado, mas sempre sob o planejamento e regulação do poder público.

GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS

Buscar junto ao ministério do meio ambiente, praticas inovadora e já utilizada na gestão de resíduos urbanos

CIDADANIA

Desenvolver mecanismos que assegurem ao munícipe acesso ao Esporte e Lazer em suas dimensões de conhecimento, prática e fruição, dando vazão aos preceitos constitucionais previstos na Carta Magna, em seus artigos 6º e 217;

- Fomentar, por meio das políticas públicas, o Esporte e o Lazer como direitos constitucionais, cujas manifestações se dão nos campos da educação, da participação comunitária e do alto rendimento;
- Constituir um Fundo Público Municipal voltado para financiamento das ações, dos programas e dos projetos de Esporte e Lazer;
- Desenvolver mecanismos, como conferências e conselhos, que garantam a participação e o controle social dessas políticas;
- Desenvolver a cadeia produtiva esportiva, garantindo a interação com a economia solidária e a participação popular;

- Elaborar, desenvolver e fiscalizar políticas, programas e ações de Esporte e Lazer incluídas, de valorização coletiva e individual, com respeito às diferenças;
- Desenvolver ações esportivas e de lazer que deem ênfase à promoção das infâncias e juventudes do município, invertendo tendência dominante de se fazer representar em competições esportivas regionais e estaduais por jovens de outras localidades, tão somente por seu maior potencial de rendimento esportivo;
- Desenvolver políticas de construção, manutenção e inovação de equipamentos e espaços públicos para práticas esportivas e recreativas, dando vazão a interesses socioculturais passíveis de serem assimilados como exercício de cidadania;
- Desenvolver ou qualificar os governos eletrônicos (e-Govs) e as páginas virtuais oficiais das administrações públicas como desafio de modernização da gestão do Esporte e Lazer a partir das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC);
- Fomentar o desenvolvimento de distintas culturas corporais como ocupação lúdica, crítica e criativa do tempo livre nos esportes, na ginástica, no jogo, na dança, no skate e na luta, em especial na capoeira e no futebol, fenômenos da identidade nacional;
- Elaborar ações intersetoriais com as áreas de Saúde e Segurança, por meio de programas que visem desenvolver o hábito de práticas corporais periódicas (Academia da Saúde, entre outras), com acesso da população em geral ao Esporte nos ambientes escolar e comunitário, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a redução dos índices de violência;
- Fazer um Diagnóstico Municipal do Esporte e Lazer, contemplando: o levantamento de informações populacionais, com as devidas segmentações; as

oportunidades e os interesses no campo das políticas públicas da área, incluída a questão dos programas, projetos, espaços e equipamentos disponíveis; e as demandas e expectativas da população local;

- Criar e ou fortalecer o Sistema Municipal de Esporte e Lazer, assegurando a aplicação dos requisitos para seu funcionamento:
- Estrutura administrativa;
- Conselho representativo e consultivo;
- Orçamento ordinário e fundo de financiamento;
- Composição do quadro funcional;
- Política de formação continuada em serviço dos(as) servidores(as) públicos(as), dos agentes comunitários e dos usuários.

São desafios importantes para garantir o Esporte e o Lazer como direitos substantivos e melhoria da qualidade de vida por toda a vida.

DIREITO À CIDADE

- Para a juventude e movimentos culturais de juventudes negras (RAP, grafite, música, teatro, dança), e também os grupos esportivos, é cada vez mais necessária uma comunicação a partir de pautas e interesses comuns regional e internacionalmente;
- As políticas de defesa de direitos humanos, de justiça e de segurança precisam estar articuladas, visando a proteção à vida e a segurança de ativistas (negros e negras, quilombolas, indígenas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e outros segmentos).

Apoiar o Estatuto da Igualdade Racial

Com a finalidade de atingir esses objetivos anteriormente

citados, apresentaremos aqui
oito áreas

1. GOVERNANÇA: A construção de políticas de juventude sólidas nos municípios passa pela criação de instrumentos de governança que dêem condições para o seu planejamento, execução e acompanhamento efetivo e de forma participativa. Por isso, é fundamental a criação de um órgão gestor de juventude, um fundo municipal de juventude e um conselho municipal de juventude.

2. SEGURANÇA PÚBLICA: A superação da violência contra a juventude, em especial a juventude negra, está no centro da agenda da política de juventude no país. É imprescindível que as gestões municipais enxerguem o caráter multifatorial da violência e pensem uma agenda de segurança pública intersetorial que promova a vida e a segurança da juventude. Iluminação urbana e transporte público de qualidade e acessível, por exemplo, são políticas que contribuem para inibir a violência nas ruas dos municípios brasileiros. Como grande orientador de políticas públicas nesse sentido, tem-se o Plano Nacional Juventude Negra Viva, lançado pelo Governo Federal e que deve ser implementado em estados e municípios⁶.

3. SAÚDE: Ainda que muitas vezes invisível para a agenda das políticas públicas de saúde, a saúde da juventude demanda atenção especial. Seja em virtude de agravos como Infecções Sexualmente Transmissíveis, moléstias e acidentes relacionados ao trabalho e agravos de ordem de saúde mental, jovens têm adoecido e colocado a saúde como centro de suas preocupações. Dada a alta responsabilidade dos municípios na saúde, em especial na atenção primária, é imprescindível uma agenda para os municípios que pautar políticas de promoção e atenção à saúde das pessoas e também dos animais.

4. EDUCAÇÃO: Constitucionalmente, os municípios são responsáveis prioritariamente pela educação infantil e pelo ensino fundamental, assim como pela Educação de Jovens e Adultos. Fortalecer a educação infantil e fundamental tem impactos diretos na dinâmica dos cuidados e contribui sobremaneira para garantir a autonomia das jovens mães, a quem socialmente recai o trabalho de cuidado. Nesse sentido, é importante sintonizar as políticas municipais com a Política Nacional de Cuidados, construída pelo MDS. Ainda, o engajamento do município em ofertar a modalidade EJA e PROJOVEM, alinhados com as iniciativas da SECADI/MEC.

5. TRABALHO: O trabalho ocupa o lugar central nas preocupações da juventude brasileira. Além de conviverem com altos índices de desocupação, aos jovens são destinados os postos de trabalho menos protegidos e mais mal remunerados. É importante que os municípios adotem uma agenda de garantia de direitos do trabalho para a juventude, aliando as já tradicionais iniciativas de qualificação profissional à políticas de promoção da inserção com direitos no mundo do trabalho, como programas de aprendizagem

profissional, estágio e primeiro emprego. Mais, políticas de adequação dos serviços de intermediação de mão de obra à realidade e necessidades dos trabalhadores jovens e a elaboração de programas de inserção para jovens que não impliquem em perdas de direitos são fundamentais.

6. MOBILIDADE URBANA: Para o exercício pleno de uma juventude com garantia de direitos, é fundamental o acesso do Direito à Cidade que viabilize a fruição dos vários outros consignados na Constituição Federal e no Estatuto da Juventude. Poder se matricular na faculdade em um bairro mais distante, ir à praia

no fim de semana, curtir com os amigos um show na praça do centro da cidade, tudo isso só se viabiliza se houver alternativas de mobilidade urbana que atendam as demandas da juventude. Além da bandeira da tarifa zero no transporte público – que, longe de ser utópica, já é adotada em 101 municípios brasileiros – é imprescindível um transporte de qualidade, que circule noite adentro e nas periferias onde está a juventude brasileira.

7. CULTURA: O Direito à Cultura, consignado no Estatuto da Juventude, relaciona-se intimamente com a condição juvenil. A construção da identidade e a busca por autonomia da juventude encontra na cultura uma ferramenta fundamental nessa jornada, seja para a expressão e experimentação, seja como trabalho e geração de renda. Portanto, é imprescindível uma agenda de cultura nos municípios brasileiros que enxergue a juventude como sujeito deste direito e a importância de sua garantia para a experiência juvenil. Espaços e equipamentos públicos, livres e gratuitos para a fruição do lazer e da cultura, que valorizem a diversidade e contribuam para a convivência livre de intolerância e discriminação podem ser iniciativas municipais

8. VALORIZAÇÃO SALARIAL: não se tem valorização da pessoa humana, sem valorização salarial e condições de trabalho, todo o trabalhador/a tem que ter sua dignidade garantida.

Referência de documento: <https://fpabramo.org.br/>